

Rolim  
Goulart  
Cardoso

# Boletim ESG

Principais  
notícias e  
avanços

*Janeiro a Março  
de 2025*

## *Responsáveis:*

Maria João Rolim  
Thiago Pastor A. Pereira  
Luis Gustavo Miranda  
Paulo Teixeira Fernandes  
Marcus Vinícius N. Vaz  
Amanda A. Alves Pacheco

# Boletim ESG

*Principais notícias e avanços*

*Março de 2025*

Este boletim destaca os recentes avanços e discussões em questões ambientais, sociais e de governança relevantes para empresas de todos os setores.

Para obter mais informações sobre esse cenário empresarial e jurídico em evolução, recomendamos que você entre em contato com os advogados do **Rolim Goulart Cardoso** em [nossa página de prática ESG](#).

*Boa leitura.*



# Índice

## *Âmbito nacional*

Aberta Consulta Pública para aperfeiçoamento do Marco Regulatório do ESG ....	5
Min. de Portos e Aeroportos institui Política e Pacto pela Sustentabilidade .....	6
Anatel apresenta iniciativas ESG em reunião do Conselho Consultivo .....	7
Sebrae e ABNT criam certificação ESG para micro e pequenas empresas .....	8

## *Âmbito internacional*

Comissão Europeia propõe simplificação das regras ESG .....	9
World Economic Forum publica o Global Risks Report de 2025 .....	10
EBA publica diretrizes finais para Gestão de Riscos ESG no setor bancário .....	12
EUA suspendem a aplicação da FCPA .....	13
UE publica regulamento que proíbe produtos ligados ao trabalho forçado .....	14
SEC desiste de defender regras de divulgação climática .....	15

## *Notícias*

OCDE propõe parceria com Governo de MG para Fomentar Integridade.....	16
Net Zero Investor Coalition suspende atividades após saída da BlackRock .....	16
Projeto de Lei propõe a regulamentação de tokens ambientais para impulsionar sustentabilidade .....	17
Governo de NY pretende investir US\$ 1 Bilhão em medidas de descarbonização	17
Sancionada a Lei que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética	17
Recoo em agenda ESG nos EUA cria oportunidade para o Brasil.....	18
Nova Lei regula exploração de energia renovável offshore no Brasil .....	18
Investidores com US\$ 6,8T em ativos pressionam UE a manter políticas ESG.....	18
ESG, anti-ESG e alocação de capital: um acordo de paz? .....	19

<u>CGU busca participação do setor privado no combate à corrupção.....</u>	<u>19</u>
Decreto cria Presidência da COP30 e define competências.....	20
Parceria para compra de créditos de carbono na Amazônia .....	20
UE mantém meta de emissões zero para veículos até 2035 .....	20
Parceria para compra de créditos de carbono na Amazônia .....	21
UE mantém meta de emissões zero para veículos até 2035 .....	21
UE propõe norma voluntária para facilitar o acesso de PMEs ao financiamento sustentável.....	21



## *Âmbito nacional*

### **Aberta Consulta Pública para aperfeiçoamento do Marco Regulatório do ESG**

No dia 25 de fevereiro, foi aberta a [Consulta Pública ESG20+](#), uma iniciativa pioneira que visa aperfeiçoar o Marco Regulatório do ESG para o Desenvolvimento Sustentável. Realizada pelo Instituto Global ESG e pelo Movimento Interinstitucional ESG na Prática, com apoio da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e da Frente Parlamentar ESG na Prática do Congresso Nacional (FPESG), a consulta convida profissionais, representantes do setor produtivo, especialistas e a sociedade em geral a participar ativamente do processo.

A consulta pública busca, ainda, coletar contribuições objetivas sobre legislações e atos normativos existentes nas esferas federal, estadual e municipal, bem como identificar lacunas e desafios na regulamentação dos temas de ESG. As contribuições devem se alinhar aos 20 Princípios Norteadores do ESG para o Desenvolvimento Sustentável, que são a base do Programa ESG20+.

As sugestões recebidas serão consolidadas e apresentadas à FPESG e à Rede

ESG, servindo como base para proposições legislativas e políticas públicas relacionadas aos princípios ambientais, sociais e de governança. A consulta faz parte do Programa ESG20+, lançado em celebração aos 20 anos do ESG e ao legado de Kofi Annan, e que prevê um plano estratégico de longo prazo (2025-2045), com revisões técnicas a cada cinco anos.

Ao término da consulta, um grupo de trabalho consolidará as contribuições e apresentará propostas concretas aos Presidentes da Câmara e do Senado, com o intuito de impulsionar a sustentabilidade e a agenda ESG no país. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

## **Ministério de Portos e Aeroportos institui Política e Pacto pela Sustentabilidade**

Foi publicada a Portaria Nº 58, de 24 de janeiro, do Ministério de Portos e Aeroportos, que estabelece diretrizes para a governança ambiental, social e climática nos setores portuário, aquaviário, aeroviário e aeroportuário, alinhando as infraestruturas logísticas do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A iniciativa visa promover práticas sustentáveis nos setores público e privado, assegurando a responsabilidade social, a transparência e a participação das partes interessadas no processo de tomada de decisões.

A Política de Sustentabilidade instituída pela Portaria busca garantir que as infraestruturas atendam às demandas do desenvolvimento sustentável, incluindo ações para a preservação ambiental e adaptação às mudanças climáticas. O Comitê Interministerial de Infraestrutura Sustentável e o Fórum de Transição Energética na Aviação Civil são responsáveis pela implementação e supervisão das ações, com a participação direta dos setores públicos e privados.

O Pacto pela Sustentabilidade, por sua vez, permite que entidades privadas se comprometam voluntariamente com a política, apresentando planos de ação anuais com metas de sustentabilidade que serão monitoradas por relatórios anuais.

As empresas que aderirem ao Pacto poderão obter o Selo de Sustentabilidade, que atesta o cumprimento de critérios ambientais, sociais e de governança.

O cronograma de execução da política será monitorado pelo Comitê de Infraestrutura Sustentável em Transportes Terrestres, Portos e Aeroportos (Cosust), com metas estabelecidas para o biênio 2025-2026.

Acesse a Portaria nº58/2025 [neste link](#).

## **Anatel apresenta iniciativas ESG em reunião do Conselho Consultivo**

O Conselho Consultivo da [Anatel](#), em sua 225ª reunião, abordou as iniciativas de ESG da Agência, com foco nas ações previstas no Portfólio de Projetos Estratégicos. Uma das metas da Anatel é posicionar a Agência entre os 20 órgãos mais bem avaliados da Administração Pública Federal segundo os critérios do Índice ESG (IESGO), que avalia o nível de adesão das organizações públicas federais às práticas ESG. A Agência também tem implementado medidas como a sensibilização e capacitação dos seus servidores para a sustentabilidade no setor de telecomunicações.

Outro ponto importante discutido foi a criação do Selo Índice ESG da Anatel, destinado a premiar ações que incentivem o investimento climático sustentável no setor de telecomunicações.

Além disso, a Anatel tem implementado iniciativas regulatórias, como a inclusão de critérios ESG nos editais de radiofrequências para a faixa de 6425-7125 MHz, que visa a modernização do setor de telecomunicações, promovendo maior desenvolvimento sustentável, e na revisão do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (Rasa) e do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC).

A medida também reforça o compromisso da Anatel com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os critérios ESG estabelecem diretrizes para incentivar a adoção de práticas responsáveis, incluindo sustentabilidade ambiental e social, entre os participantes do setor. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).



## Sebrae e ABNT criam certificação ESG para micro e pequenas empresas

No fim de janeiro, o **Sebrae** e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) assinaram um protocolo de intenções para a certificação ESG de micro e pequenas empresas (MPEs) de todo o país. O projeto inicial visa preparar 10 mil empresas para a obtenção do selo ESG.

A ABNT destaca que o Brasil é o único país com uma norma ESG específica, servindo como referência para a criação de um padrão internacional. A certificação trará benefícios significativos para as empresas, como maior competitividade no mercado e acesso facilitado a financiamentos, além de melhorar a reputação diante de investidores.

Em breve, o Sebrae lançará uma plataforma digital para guiar empresários na comprovação de atividades alinhadas com as práticas ESG. Além de orientar as empresas para obtenção da certificação, considerando as especificidades de cada segmento de negócio, a plataforma também oferecerá suporte para que as MPEs tenham condições de analisar o impacto das práticas ESG e identificar oportunidades de crescimento. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).



## *Âmbito internacional*

### **Comissão Europeia propõe simplificação das regras ESG**

A **Comissão Europeia** anunciou em fevereiro a proposta “Omnibus”, que consiste em um conjunto de propostas para simplificar regras regulatórias, reduzir a carga administrativa e impulsionar investimentos. As propostas buscam tornar as exigências mais acessíveis para as empresas, sobretudo para pequenas e médias empresas (PMEs), mantendo o compromisso com a transição sustentável da União Europeia (UE).

A expectativa é de que, se adotadas, essas medidas gerem uma economia administrativa anual de cerca de €6,3 bilhões e mobilizem investimentos públicos e privados da ordem de €50 bilhões. As mudanças fazem parte do objetivo da Comissão de reduzir em pelo menos 25% as obrigações administrativas, alcançando até 35% de redução para PMEs até o final de seu mandato.

#### **Principais modificações propostas:**

##### **Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD):**

- Redução da abrangência da diretiva, excluindo cerca de 80% das empresas atualmente no escopo;
- Prorrogação dos prazos para cumprimento das obrigações de relatório para 2028, previstos até então para 2026 e 2027;
- Simplificação dos requisitos da Taxonomia da UE, limitando-os às maiores

empresas e introduzindo um limiar de materialidade financeira.

### **Diretiva de Diligência Devida em Sustentabilidade (CSDDD):**

- Foco nas cadeias diretas de negócios, reduzindo exigências administrativas para empresas menores;
- Redução da periodicidade das avaliações obrigatórias de parceiros comerciais, de anual para a cada cinco anos;
- Remoção das condições de responsabilidade civil da UE, mantendo a possibilidade de compensação conforme as regras nacionais.

### **Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM):**

- Isenção de obrigações para pequenos importadores (até 50 toneladas anuais), reduzindo o impacto para cerca de 182 mil importadores, principalmente PMEs;
- Simplificação do cálculo de emissões incorporadas e das exigências de relatórios;
- Fortalecimento de mecanismos de combate à evasão fiscal e futuras expansões do CBAM para outros setores.

O pacote legislativo será submetido ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE para consideração e adoção. As alterações na CSRD, CSDDD e CBAM entrarão em vigor após a aprovação final e publicação no Jornal Oficial da UE. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

## **World Economic Forum publica o Global Risks Report de 2025**

Em janeiro foi publicado o Global Risks Report 2025, um relatório que apresenta os resultados da *Global Risks Perception Survey 2024-2025 (GRPS)* e coleta insights de mais de 900 especialistas ao redor do mundo. O relatório analisa os riscos globais através de três períodos de tempo para apoiar os tomadores de decisão no equilíbrio entre crises atuais e prioridades de longo prazo.

As principais conclusões do relatório foram:

**Declínio do otimismo e crescente fragmentação global:** Em 2025, o otimismo

está em queda, com uma maioria dos especialistas (52%) prevendo um cenário global instável nos próximos dois anos. Para o horizonte de 10 anos, as perspectivas se deterioraram ainda mais, com 62% dos respondentes destacando uma crescente desconfiança nas instituições sociais e governamentais em lidar com as fragilidades geradas pelos riscos atuais.

**Aprofundamento das tensões geopolíticas e geoeconômicas:** Entre os principais riscos, o conflito armado entre Estados subiu para a primeira posição, refletindo a intensificação dos conflitos ao redor do mundo. Além disso, as tensões geoeconômicas, como o confronto geoeconômico e a espionagem cibernética, também geram preocupações significativas. Outro risco de destaque é a proliferação de desinformação, que afeta a política global e as relações internacionais.

**Riscos ambientais e sua crescente urgência:** Os riscos ambientais são vistos como as maiores preocupações para os próximos 10 anos. A pesquisa também aponta uma divergência geracional nas percepções sobre os riscos ambientais, com os mais jovens mostrando maior preocupação com questões como poluição e mudanças climáticas.

**Fragmentação social e seus impactos globais:** A fragmentação social é outro risco central identificado, com a desigualdade de renda sendo apontada como um fator crucial que contribui para a polarização e a erosão dos direitos humanos. A instabilidade social e a polarização são esperadas para os próximos dois anos, com implicações sérias para a coesão social e a estabilidade política.

**O futuro das relações internacionais e a necessidade de ação colaborativa:** O relatório aponta que a cooperação global será mais difícil, com os países focando em si, concentrando-se em crescentes preocupações econômicas ou sociais domésticas, em vez de buscar soluções coletivas para os desafios globais.

Em suma, o *Global Risks Report 2025* aponta para um cenário global de riscos interconectados e um futuro instável, onde a ação imediata e colaborativa será essencial para mitigar os impactos de crises em curso e desafios de longo prazo.

Acesse o Global Risks Report 2025 na íntegra [neste link](#).

## EBA publica diretrizes finais para Gestão de Riscos ESG no setor bancário

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) publicou, em janeiro deste ano, as Diretrizes Finais sobre a Gestão de Riscos ESG, estabelecendo requisitos para que os bancos identifiquem, mensurem, gerenciem e monitorem os riscos ESG (ambientais, sociais e de governança). O documento também detalha como as instituições financeiras devem abordar o impacto financeiro dos riscos, incluindo os decorrentes da transição da União Europeia para a neutralidade climática até 2050.

Essas diretrizes foram desenvolvidas com base no plano estratégico de finanças sustentáveis da EBA, lançado no final de 2022. Este plano delinea as prioridades da autoridade na integração dos riscos ESG ao sistema bancário europeu, abordando áreas como gestão de riscos, supervisão, tratamento de exposições e monitoramento de finanças sustentáveis.

Entre os principais pontos destacados, as diretrizes exigem que os bancos:

- Realizem avaliações periódicas de materialidade dos riscos ESG, mapeando os fatores e canais de transmissão para categorias tradicionais de risco financeiro.
- Implementem ferramentas e metodologias para avaliar os impactos de curto, médio e longo prazos dos riscos ESG.
- Desenvolvam sistemas de gestão de dados para identificar, coletar, estruturar e analisar informações relacionadas a riscos ESG.

Adicionalmente, as instituições devem integrar os riscos ESG aos seus sistemas regulares de gestão de riscos, aplicando metodologias que cubram riscos baseados em exposição, setor, portfólio e cenários específicos. Os bancos também deverão desenvolver planos estratégicos de resiliência, com objetivos, ações e metas relacionados ao modelo de negócios e à estratégia institucional. Esses planos devem incluir uma estrutura de governança robusta, políticas de remuneração, estratégias de implementação e engajamento.

As novas diretrizes entram em vigor para grandes instituições a partir de janeiro de 2026, com um ano adicional para instituições menores e menos complexas.



## EUA suspendem a aplicação da FCPA

Em fevereiro, o governo dos Estados Unidos assinou uma ordem executiva determinando a suspensão temporária da aplicação da Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), legislação em vigor desde 1977 que proíbe empresas americanas e estrangeiras de pagarem subornos a funcionários públicos estrangeiros para obter ou manter negócios.

De acordo com o governo norte-americano, a medida tem como objetivo evitar que empresas nacionais enfrentem desvantagens competitivas em relação a concorrentes internacionais. Além disso, a ordem estabelece que a procuradora-geral Pam Bondi elabore novas diretrizes para a aplicação da FCPA, com o objetivo de alinhar sua interpretação aos interesses econômicos e de segurança nacional dos Estados Unidos.

A suspensão abrange tanto a instauração de novas investigações quanto o andamento de processos em curso, até que as novas diretrizes sejam estabelecidas. Nos últimos anos, a aplicação da FCPA vinha se ampliando, resultando em um número crescente de ações judiciais e investigações por parte do Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) e da Comissão de Valores Mobiliários norte-americana (SEC).

A FCPA foi originalmente concebida para combater a corrupção em transações internacionais e prevenir impactos negativos ao Estado de Direito em diferentes países. A lei foi alterada em 1998 para abranger empresas e indivíduos estrangeiros que conduzam atos de corrupção dentro do território norte-americano.

Acesse o pronunciamento na íntegra [neste link](#).

## União Europeia publica regulamento que proíbe produtos ligados ao trabalho forçado

Entrou em vigor em dezembro de 2024 o Regulamento de Proibição de Produtos de Trabalho Forçado (FLR) da União Europeia, que impede a comercialização e exportação de bens produzidos com trabalho forçado. A implementação será conduzida pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros, dependendo da origem do trabalho forçado. A Comissão também criará um banco de dados global para mapear setores e regiões de alto risco, auxiliando reguladores e empresas na identificação de possíveis violações.

O regulamento estabelece um processo de investigação em duas etapas. Empresas notificadas terão 30 dias para apresentar informações sobre suas cadeias de suprimentos e medidas de due diligence. Caso a ligação com trabalho forçado seja confirmada, o produto será banido e listado em um portal público da UE. A reintegração no mercado exigirá comprovação de que toda a cadeia de suprimentos está livre dessa prática. Empresas sujeitas à Diretiva de Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa também poderão enfrentar sanções adicionais.

Cada Estado-membro designará autoridades responsáveis pela aplicação do regulamento, com base em critérios como a gravidade do trabalho forçado e o volume de produtos envolvidos. Além disso, será criada uma rede da UE para coordenar a implementação e um banco de dados de risco atualizado regularmente. Até junho de 2026, a Comissão Europeia publicará diretrizes para orientar empresas na adequação ao regulamento.

A proibição efetiva dos produtos entrará em vigor em 14 de dezembro de 2027. Empresas deverão avaliar sua exposição, realizar due diligence para mitigar riscos e fortalecer o monitoramento da cadeia de suprimentos. Penalidades proporcionais e dissuasivas serão aplicadas em caso de descumprimento, conforme definido pelas legislações nacionais dos Estados-membros.

Acesse a FLR na íntegra [neste link](#).



## SEC desiste de defender regras de divulgação climática

A Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos anunciou que não continuará defendendo judicialmente suas regras de divulgação climática, que exigiam que empresas relatassem riscos e emissões de gases de efeito estufa. Com essa decisão, a regulamentação perde a eficácia jurídica.

A normativa recebeu diversas ações judiciais contrárias à sua implementação desde março de 2024, quando entrou em vigor. A fim de avaliar os questionamentos legais, em abril de 2024, a SEC já havia suspenso a sua aplicação, mas declarou que defenderia a sua validade, argumentando que a divulgação dos riscos climáticos é essencial para a transparência do mercado. Contudo, agora, decidiu retirar sua defesa.

Representantes do mercado financeiro e investidores focados em sustentabilidade manifestaram preocupação, destacando a relevância da informação sobre riscos climáticos para a tomada de decisão. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).



## Notícias:

### **OCDE propõe parceria com Governo de MG para Fomentar Integridade**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou tratativas para firmar um acordo de cooperação técnica com o Governo de Minas Gerais, visando aprimorar a Política Mineira de Promoção da Integridade (PMPI) com base nas melhores práticas internacionais de transparência e combate à corrupção. A proposta foi discutida durante o Fórum Global de Integridade e Anticorrupção 2025, realizado em Paris, no dia 26 de maio. O objetivo é fortalecer os processos de integridade no estado, alinhando-os às diretrizes globais da OCDE. O Governo de Minas já é referência nacional no tema e, com essa parceria, busca avançar ainda mais em sua agenda anticorrupção. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

### **Net Zero Investor Coalition suspende atividades após saída da BlackRock**

A Net Zero Asset Managers (NZAM), coalizão de gestores de investimentos comprometidos com emissões líquidas zero até 2050, anunciou a suspensão de suas atividades principais após a saída da BlackRock. A maior gestora de ativos do mundo afirmou que sua participação no grupo causou confusão sobre suas práticas e resultou em investigações públicas. A coalizão enfrentava pressões do movimento anti-ESG nos EUA, que acusa iniciativas climáticas de prejudicarem os interesses fiduciários de clientes. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

## **Projeto de Lei propõe a regulamentação de tokens ambientais para impulsionar sustentabilidade**

O Projeto de Lei nº 3.434/2024 propõe a criação de um marco regulatório para a digitalização de ativos ambientais no Brasil, com foco na transparência, segurança e competitividade global. A proposta visa regulamentar a tokenização de ativos como créditos de carbono e serviços ecossistêmicos, promovendo rastreabilidade e prevenindo fraudes, ao mesmo tempo que atrai investimentos privados para projetos de sustentabilidade. A regulação surge em meio ao crescente debate no mercado financeiro sobre a estrutura de oferta e distribuição de tokens. Acesse o Projeto de Lei na íntegra [neste link](#).

## **Governo de Nova York pretende investir US\$ 1 Bilhão em medidas de descarbonização**

O governo de Nova York anunciou um plano para investir mais de US\$ 1 bilhão para descarbonizar a economia do estado. Apresentado durante o “*State of the State*” de 2025, o projeto inclui ações para expandir o uso de energia renovável, apoiar edificações e transportes de baixo carbono e acelerar o desenvolvimento de tecnologias avançadas de energia nuclear, diante do crescente consumo energético associado à inteligência artificial.

## **Sancionada a Lei que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética**

O Governo Federal sancionou a Lei 15.103/25, que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten). A iniciativa permite que empresas utilizem créditos junto à União, como precatórios e créditos tributários, para financiar projetos sustentáveis. Com foco na descarbonização e inovação, o programa contempla áreas como hidrogênio verde, biogás e combustíveis sustentáveis, sendo financiado pelo Fundo Verde, administrado pelo BNDES. Para saber mais, acesse o informe elaborado pela equipe do Rolim Goulart Cardoso [neste link](#).

## **Recuo em agenda ESG nos EUA cria oportunidade para o Brasil**

A recente mudança na agenda ESG nos Estados Unidos não enfraquece a pauta, que, globalmente, deve continuar forte. O recuo norte-americano com a pauta ESG pode tornar o Brasil um destino mais atraente para investimentos sustentáveis, uma vez que os EUA deixarão de ser prioridade. Acredita-se que o protagonismo do Brasil na agenda será preservado, dado seu caráter naturalmente diverso e seu grande potencial no mercado de carbono. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

## **Nova Lei regula exploração de energia renovável offshore no Brasil**

A recente sanção da Lei nº 15.097/2025 estabelece um marco regulatório para a exploração de energia renovável offshore no Brasil, abrangendo o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental. A nova legislação viabiliza investimentos na geração de energia eólica em alto-mar e na produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, com potencial para abastecer tanto o mercado interno quanto para exportação. Além disso, a lei reforça o compromisso com a descarbonização da matriz energética, promovendo o desenvolvimento sustentável, a segurança energética e a criação de empregos.

Para mais informações, acesse o Informe realizado pela equipe de Energia do Rolim Goulart Cardoso [neste link](#).

## **Investidores com US\$ 6,8 trilhões em ativos pressionam UE a manter políticas ESG**

Investidores responsáveis por cerca de US\$ 6,8 trilhões em ativos (aproximadamente R\$ 39,5 trilhões) divulgaram um comunicado conjunto pedindo às autoridades da União Europeia que não cedam à pressão para enfraquecer as regulamentações ESG do bloco. O apelo é uma resposta à crescente demanda da Alemanha e da França para reduzir essas normas, com base na argumentação de que as

exigências ESG impactam negativamente a competitividade das empresas europeias em relação a concorrentes dos Estados Unidos e da Ásia. Para saber mais, acesse o seguinte [link](#).

## **ESG, anti-ESG e alocação de capital: um acordo de paz?**

No artigo “*ESG, anti-ESG e alocação de capital: um acordo de paz?*”, o professor Celso Lemme, do Coppead UFRJ, discute a evolução do conceito ESG e o surgimento do movimento anti-ESG, propondo uma abordagem equilibrada que vá além das dicotomias. Ele destaca a importância de decisões baseadas em evidências, a integração de diferentes campos do conhecimento e a interação entre diversas formas de capital para promover práticas empresariais mais sustentáveis. Lemme também reforça que não existe uma única estratégia ESG aplicável a todas as organizações, sendo fundamental que cada uma defina seu próprio caminho de acordo com suas prioridades e desafios. Para acessar o artigo na íntegra, acesse [o link](#).

## **CGU busca participação do setor privado no combate à corrupção**

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) abordou a importância da participação do setor privado na promoção da integridade em evento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (GACIF-OCDE), em Paris. Em sua intervenção, destacou iniciativas como o programa ‘Empresa Pró-Ética’ e o ‘Plano de Integridade e Combate à Corrupção’ (2025-2027), ressaltando o engajamento das empresas na adoção de medidas de prevenção e detecção de irregularidades. O evento reuniu líderes governamentais e empresariais para debater estratégias inovadoras de combate à corrupção. Para acessar o artigo na íntegra, acesse o [link](#).

## Decreto cria Presidência da COP30 e define competências

Foi assinado um decreto que cria a Presidência da COP30, estabelecendo suas competências e o quadro de cargos da conferência. O evento, que ocorrerá em Belém (PA) de 10 a 21 de novembro de 2025, será coordenado por representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente. O decreto não gera novos custos, garantindo a realização da conferência com a contribuição de servidores da Casa Civil e do Ministério das Relações Exteriores. Para saber mais, acesse o [link](#).

## Parceria para compra de créditos de carbono na Amazônia

A Petrobras e o BNDES anunciaram um programa para financiar iniciativas de restauração florestal na Amazônia. No âmbito do ProFloresta+, a Petrobras realizará leilões para aquisição de créditos de carbono, enquanto o BNDES oferecerá crédito subsidiado aos projetos vencedores. A fase piloto prevê investimentos de R\$ 450 milhões para restaurar 15 mil hectares de floresta. O primeiro leilão está previsto para julho. Para saber mais, acesse o [link](#).

## UE mantém meta de emissões zero para veículos até 2035

A Comissão Europeia afirmou que manterá a meta de eliminar as emissões de dióxido de carbono de carros e vans novos até 2035, além do objetivo intermediário de 2030. Apesar de conceder um prazo maior para fabricantes cumprirem as metas de 2025, grupos ambientais alertam que a flexibilização pode reduzir a pressão para tornar veículos elétricos mais acessíveis. Uma revisão dos regulamentos será antecipada para o final deste ano. Para saber mais, acesse o [link](#).

## **Parceria para compra de créditos de carbono na Amazônia**

A Petrobras e o BNDES anunciaram um programa para financiar iniciativas de restauração florestal na Amazônia. No âmbito do ProFloresta+, a Petrobras realizará leilões para aquisição de créditos de carbono, enquanto o BNDES oferecerá crédito subsidiado aos projetos vencedores. A fase piloto prevê investimentos de R\$ 450 milhões para restaurar 15 mil hectares de floresta. O primeiro leilão está previsto para julho. Para saber mais, acesse o [link](#).

## **UE mantém meta de emissões zero para veículos até 2035**

A Comissão Europeia afirmou que manterá a meta de eliminar as emissões de dióxido de carbono de carros e vans novos até 2035, além do objetivo intermediário de 2030. Apesar de conceder um prazo maior para fabricantes cumprirem as metas de 2025, grupos ambientais alertam que a flexibilização pode reduzir a pressão para tornar veículos elétricos mais acessíveis. Uma revisão dos regulamentos será antecipada para o final deste ano. Para saber mais, acesse o [link](#).

## **UE propõe norma voluntária para facilitar o acesso de PMEs ao financiamento sustentável**

A Plataforma sobre Finanças Sustentáveis da União Europeia propôs um novo padrão voluntário para pequenas e médias empresas (PMEs), visando simplificar a divulgação de informações de sustentabilidade e facilitar o acesso a financiamento sustentável. As PMEs, que representam mais de 50% do PIB da UE e 63% das emissões empresariais, enfrentam barreiras significativas para obter crédito sustentável. O padrão busca tornar mais acessível a classificação de empréstimos sustentáveis, alinhando-se à Taxonomia da UE. Inicialmente, foca na sustentabilidade climática, com previsão de expansão para outras áreas ambientais. Para saber mais, acesse o [link](#).

## *Equipe Responsável:*



**Maria João Rolim**  
[m.j.rolim@rolim.com](mailto:m.j.rolim@rolim.com)



**Thiago Pastor**  
[t.pereira@rolim.com](mailto:t.pereira@rolim.com)



**Luís Gustavo Miranda**  
[l.miranda@rolim.com](mailto:l.miranda@rolim.com)



**Paulo Fernandes**  
[p.fernandes@rolim.com](mailto:p.fernandes@rolim.com)



**Marcus Vinícius N. Vaz**  
[m.vaz@rolim.com](mailto:m.vaz@rolim.com)



**Amanda Pacheco**  
[a.pacheco@rolim.com](mailto:a.pacheco@rolim.com)



**Rolim  
Goulart  
Cardoso**

São Paulo  
+55 (11) 3723-7300

Rio de Janeiro  
+55 (21) 3543-1800

Belo Horizonte  
+55 (31) 2104-2800

Brasília  
+55 (61) 3424-4400

Düsseldorf  
+(490) 211 688 519 26

Lisboa  
+(351) 21 587 41 40

[rolim.com](http://rolim.com)